

1 **ATA DA 455ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DOIS DE AGOSTO DE**  
3 **DOIS MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às quinze horas, no Auditório Lino  
5 Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quinquagésima quinta  
6 Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI),  
7 presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz Colombi e secretariada  
8 por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson Gonçalves,  
9 prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito do município de  
10 Ascurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo; senhor Napoleão  
11 Bernardes Neto, prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi, prefeito do  
12 município de Botuverá; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de Doutor  
13 Pedrinho; senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; senhor André Luiz  
14 Moser, prefeito do município de Indaial; senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode;  
15 senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor José Rafael  
16 Corrêa, secretário executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de  
17 presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando  
18 quórum estatutário, deu início à reunião. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do  
19 Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Finanças municipais; 3  
20 – Saúde pública; 4 – Duplicação da rodovia BR-470; 5 – Região metropolitana; 6 – Assuntos gerais;  
21 7 – Aniversário de 48 anos de fundação da AMMVI. Na sequência, o presidente apresentou o item  
22 um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para  
23 deliberação por correio eletrônico e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi  
24 aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, passou-se para o segundo item da ordem do dia –  
25 finanças municipais. A respeito do movimento econômico, o secretário executivo da AMMVI, senhor  
26 José Rafael Corrêa, avisou que a assessoria econômica está acompanhando a evolução dos índices na  
27 região e fazendo as respectivas análises do movimento econômico e defesas para aumentar o retorno  
28 do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele informou ainda que nos  
29 próximos meses deve ser publicado o índice provisório e que o oficial deve ser divulgado no final do  
30 exercício. Em seguida, o senhor José Rafael Corrêa apresentou o cenário das finanças municipais de  
31 julho. Ele explicou que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teve aumento de 10,70% em  
32 relação ao mesmo período do ano anterior, e que a inflação fechou em torno de 5%. Ele demonstrou  
33 ainda o repasse do 1% extra do FPM feito pelo governo federal em julho aos municípios brasileiros.  
34 Neste, os municípios da AMMVI receberam neste ano R\$ 11,2 milhões, o que significa um aumento  
35 de 47% em relação ao ano anterior, cujo repasse foi de R\$ 7,6 milhões. Neste ano, o valor teve  
36 influência ainda do repasse da repatriação, o que não deve acontecer novamente no próximo ano. Em  
37 relação ao ICMS, o acumulado também é positivo, já que houve um aumento de 8,40% em relação  
38 ao ano anterior. Em julho de dois mil e dezesseis o imposto tinha apresentado um aumento de 0,90%  
39 em relação ao mesmo período do ano anterior. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da  
40 Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) também apresentou  
41 aumento de 11,70% em julho em relação ao mesmo período do ano anterior, isso é devido ao  
42 crescimento do número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino e pelo aumento da receita  
43 que compõe o Fundo, porém, repercute diretamente no crescimento das despesas. Em dois mil e  
44 dezesseis, este acumulado era de 7,30%. Embora os respectivos índices demonstram uma recuperação  
45 financeira, o mesmo não aconteceu com a arrecadação própria, pois o Imposto sobre Serviço (ISS) e  
46 o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não apresentaram melhora, isso reflete a dificuldade  
47 financeira que a população também tem enfrentado. Após, o secretário executivo falou sobre o  
48 Programa Saúde Fiscal, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), iniciado em dois



49 mil e catorze e que envolve as prefeituras. À época, todos os prefeitos assinaram adesão ao programa.  
50 Nos últimos dias, o Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) do MPSC enviou o  
51 relatório do Programa Saúde Fiscal, que aponta as melhorias que ainda devem ser implantadas para  
52 o cumprimento do termo de cooperação técnica firmado entre as instituições. O senhor José Rafael  
53 Corrêa alertou que, em outubro, deve acontecer um encontro com o MPSC na AMMVI para  
54 andamento do programa e cobrança das cláusulas firmadas no termo. O secretário executivo  
55 apresentou os principais pontos que o MPSC assinala nos relatórios enviados aos prefeitos, que são:  
56 a) legislação que instituiu o ISS deverá ser atualizada com base na nova Lei Complementar Federal  
57 nº. 157/2016, em atendimento ao disposto nos itens I e II, da cláusula segunda do Termo de  
58 Cooperação Técnica; b) em alguns municípios não há informações acerca da criação de instância  
59 recursal administrativa (consórcio intermunicipal ou conselho de contribuintes), mencionada nos  
60 itens 2 da Cláusula Primeira e IV, da cláusula segunda do Termo de Cooperação Técnica; c) o  
61 município não encaminhou nenhuma representação fiscal ao MPSC ao longo de dois mil e quinze, o  
62 que caracteriza infração ao disposto no item VI, da cláusula segunda do Termo de Cooperação  
63 Técnica; d) não houve troca de informações entre o setor de fiscalização e o MPSC no ano de dois  
64 mil e quinze, o que caracteriza infração ao item 3 da cláusula primeira do Termo de Cooperação  
65 Técnica; e) o município não possui livro fiscal eletrônico, conforme introdução da cláusula primeira  
66 (aperfeiçoamento da legislação tributária municipal); f) a Planta Genérica de Valores (PGV) não está  
67 atualizada, podendo infringir assim o disposto nos itens I e II, da cláusula segunda do Termo de  
68 Cooperação Técnica. O senhor José Rafael Corrêa disse que a Associação vai promover capacitações  
69 para auxiliar os municípios em alguns tópicos do termo e frisou ainda que o cenário é melhor do que  
70 em dois mil e quinze. O presidente da AMMVI citou como exemplo o ISS de cartórios e facções, em  
71 que o MPSC alerta que a falta de cobrança do imposto é renúncia de receita, e que o prefeito será  
72 penalizado. Prosseguindo para o terceiro assunto – saúde pública – o secretário municipal de Saúde  
73 de Pomerode, senhor Rafael Ramthun, vice-coordenador da Comissão Intergestores Regional (CIR)  
74 do Médio Vale do Itajaí, representando os catorze secretários municipais de Saúde, falou que na  
75 última semana esteve na reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em que, dentre os  
76 assuntos tratados, estava cirurgias eletivas. Segundo ele, houve redução superior a 40% das cotas dos  
77 municípios divididas entre as especialidades. Por isso, é imprescindível que os prefeitos fortaleçam a  
78 articulação para aumentar este número. Após, o senhor Rafael Ramthun abordou sobre medicamentos  
79 e salientou que nos últimos dois meses houve redução de reclamações, pois os contratos estão sendo  
80 cumpridos e a situação está gradativamente melhorando nos municípios. Consoante o diretor  
81 executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (Cisamvi), senhor Cleones  
82 Hostins, atualmente os itens em falta são medicamentos que algumas empresas conseguiram  
83 comprovar dificuldade de comprar ou produzir. Ele disse ainda que, em agosto, será lançado novo  
84 pregão eletrônico para aquisição de itens não contemplados nos processos anteriores e/ou que estão  
85 em falta nos municípios. Ressaltou ainda que, entre os trezentos e setenta itens comprados via  
86 Cisamvi, apenas dez estão em falta em todo o rol. O prefeito de Pomerode, senhor Ercio Kriek,  
87 questionou se o Cisamvi acompanha as licitações nos municípios e os respectivos valores, ao que ele  
88 respondeu que o Consórcio procura seguir nos sites das prefeituras os processos licitatórios. Segundo  
89 o senhor Cleones Hostins, os preços variam, alguns seguem o mesmo valor do Cisamvi, outros a  
90 superior ou inferior, além de que alguns valores são inexequíveis nos municípios. O prefeito de  
91 Benedito Novo, senhor Jean Michel Grundmann, falou sobre a preocupação quanto à judicialização  
92 e disse que está buscando alternativas para impedir este ônus aos municípios. Ele sugeriu que o  
93 Cisamvi e demais prefeitos busquem aprofundar o diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil  
94 (OAB) e demais entes envolvidos para, juntos, esclarecer os juristas que tais processos devem ser  
95 ingressados contra o Estado de Santa Catarina e não contra os Municípios. O senhor Rafael Ramthun  
96 disse que, em Pomerode, foram feitas reuniões com vereadores e advogados para tratar do assunto e,



97 desde então, as demandas judiciais diminuíram. Segundo ele, muitos casos podem ser evitados após  
98 alguns esclarecimentos, pois estes casos vão comprometer os demais atendimentos em saúde pública.  
99 O prefeito Ercio Kriek lembrou que nos próximos meses serão promovidos encontros em todas as  
100 regiões do Estado entre prefeitos e o MPSC. Nestes, poderá ser debatida a judicialização da saúde e  
101 os prefeitos poderão ampliar a discussão para encontrar soluções. Ele ressaltou ainda que os prefeitos  
102 devem procurar os promotores de justiça para expor as dificuldades enfrentadas e sugerir soluções.  
103 O senhor Cleones Hostins explicou que, nas reuniões da CIR, este assunto já foi debatido algumas  
104 vezes. Diante disso, sugeriu-se que os municípios publiquem decretos que determinem o  
105 preenchimento de formulário padrão e específico pelos médicos nos casos de judicialização. Outra  
106 alternativa, é o município ceder algumas horas de determinados profissionais para a constituição de  
107 uma equipe multidisciplinar, a qual ficará responsável por padronizar alguns processos e defesas nos  
108 casos de judicialização. Encerrando a fala, o senhor Rafael Ramthun informou aos prefeitos que, na  
109 última reunião da CIR, deliberou-se sobre a não aquisição de exames que não sejam contemplados  
110 no rol da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), assim, os municípios deverão seguir,  
111 obrigatoriamente, a relação do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos,  
112 Medicamentos e OPM do SUS (Sigtap). O secretário municipal de Saúde de Pomerode disse que este  
113 assunto voltará em pauta na reunião da CIR de agosto, mas pediu aos prefeitos que revoguem a  
114 deliberação da CIR nº 28/2017. Explicou também que estes serviços já são ofertados há anos aos  
115 usuários do SUS, e que cancelar a compra desta forma não terá um impacto positivo, além de que  
116 aumentará o número de reclamações nos gabinetes dos prefeitos, pois os usuários não terão mais  
117 acesso. Os prefeitos questionaram o motivo da deliberação ter sido aprovada pelos secretários, ao que  
118 o senhor Rafael Ramthun explicou que, no momento da reunião, foi proposto por um município e os  
119 demais acatarem por impulso, mas que esta situação já está gerando complicações no dia a dia das  
120 secretarias municipais de Saúde. O senhor Rafael Ramthun disse ainda que outros municípios, como  
121 Gaspar e Rodeio, já se manifestaram de acordo com a revogação. Por unanimidade, os prefeitos  
122 acatarem a solicitação, determinando que o Cisamvi volte a ofertar os serviços, e que cada município  
123 defina suas próprias regras para acesso. Na sequência, no quarto tema da ordem do dia - duplicação  
124 da rodovia BR-470 – o senhor José Rafael Corrêa falou aos prefeitos sobre a campanha pela  
125 duplicação da rodovia BR-470 que vem sendo liderada pelo Comitê Pró-Duplicação da BR-470 e  
126 apoiada pelas entidades sindicais e empresariais da região. A campanha tem o slogan “Sem  
127 duplicação não tem reeleição” e objetiva cobrar uma atitude mais firme dos parlamentares  
128 catarinenses junto ao Governo Federal. O secretário executivo salientou ainda que a AMMVI tem  
129 participado de reuniões sobre o assunto junto com as entidades empresariais, unindo esforços pelo  
130 mesmo objetivo. O presidente da AMMVI disse que os prefeitos devem reforçar o pedido para que a  
131 União garanta os recursos deste ano. Ele falou ainda que a Associação vai agendar uma reunião, em  
132 Brasília, com o senador Dário Berger, que também é presidente da Comissão de Planos, Orçamentos  
133 Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, para entregar a reivindicação dos prefeitos  
134 do Médio Vale pela suplementação de recursos para a obra de duplicação da rodovia BR-470 na  
135 ordem de R\$ 230 milhões para este ano. Para esta reunião será convidado ainda o presidente do Fórum  
136 Parlamentar Catarinense, deputado federal João Paulo Kleinübing. Progredindo a assembleia, no  
137 quinto tema - região metropolitana – o senhor José Rafael Corrêa apresentou aos prefeitos as  
138 legislações que tratam da matéria. Ele explicou que em mil novecentos e noventa e oito foi criada  
139 pela primeira vez a Região Metropolitana do Médio Vale do Itajaí, que designava ainda as  
140 superintendências regionais e depois foram extintas em dois mil e cinco através de lei complementar,  
141 quando da criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Em dois mil e sete, a legislação  
142 estadual revogou as superintendências que, retornam ao cenário catarinense em dois mil e dez. Após  
143 isso, foi aprovada uma sequência de emendas que criaram várias regiões metropolitanas pelo estado  
144 de Santa Catarina. No entanto, esta legislação ainda está em vigor, em que os catorze municípios da




145 AMMVI, mais Luís Alves e Ilhota estão enquadrados na mesma região. O secretário executivo  
146 explicou ainda que foi criada a Região Metropolitana de Florianópolis, porém sem revogar a lei em  
147 vigor. Segundo ele, ano passado já aconteceram algumas discussões sobre o assunto e, à época, a  
148 AMMVI manifestou ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc),  
149 deputado Gelson Merízio, dois ofícios sobre o assunto: o primeiro em que os prefeitos deliberaram  
150 por não manifestar posicionamento quanto à implementação da proposta, pois, considerando os  
151 dispêndios de recursos para a manutenção e custeio, entenderam por pertinente que a matéria deveria  
152 ser analisada pela gestão vindoura; o segundo, os prefeitos manifestaram concordância ao Ofício Pres.  
153 348/2016, da Fecam. O senhor José Rafael Corrêa comentou ainda sobre decisões do Rio de Janeiro  
154 que foram julgadas pelo Superior Tribunal Federal (STF) a respeito de região metropolitana e a  
155 consequente perda de autonomia dos municípios. Por isso, há ainda algumas questões a serem  
156 esclarecidas como, por exemplo, não serem criadas novas estruturas, pois o Governo do Estado já  
157 mantém as Agências de Desenvolvimento Regional. O prefeito Ercio Kriek relatou sobre a reunião  
158 da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) realizada no dia primeiro de agosto, em  
159 Florianópolis, cujo assunto foi colocado em pauta. Conforme ele, a Federação não vai se manifestar  
160 sobre isso. O prefeito de Blumenau, senhor Napoleão Bernardes Neto, disse que a discussão merece  
161 amadurecimento, sugerindo ainda que a Associação se manifeste coletivamente em nome dos  
162 prefeitos a respeito do assunto, como também proponha que sejam apresentados os resultados da  
163 Região Metropolitana de Florianópolis. Ele ressaltou ainda preocupação quanto ao assunto, pois a  
164 região metropolitana pode favorecer especificamente uma cidade em detrimento das demais. O diretor  
165 geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos  
166 Municipais do Médio Vale do Itajaí (Agir), senhor Heinrich Luiz Pasold, alertou que a proposta de  
167 projeto atual que cria a Região Metropolitana de Blumenau, trata que os serviços de saneamento  
168 básico e tratamento e fornecimento de água estejam sob regulação estadual, o que denota a  
169 interferência do Estado na autonomia dos municípios. Segundo ele, o que está sendo aplicado no país  
170 em termos de região metropolitana é cabível somente ao Rio de Janeiro, tanto que existem embargos  
171 declaratórios ainda não julgados sobre a definição de tais assuntos e a respeito da influência no Estado  
172 na região metropolitana. O prefeito Ercio Kriek também se manifestou a favor do documento da  
173 AMMVI. Avançando para assuntos gerais – o senhor José Rafael Corrêa falou aos prefeitos sobre a  
174 sugestão de curso de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conforme  
175 proposta apresentada pela universidade, apropriados os custos e considerando-se a duração de vinte  
176 e quatro meses e todos os encargos legais incidentes, além do custeio e despesas com pessoal de  
177 apoio, chega-se ao total mensal de R\$ 498,50 (quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta  
178 centavos) por aluno, ao longo de vinte e quatro meses, considerando quarenta e dois alunos na turma.  
179 Em seguida, o prefeito Ercio Kriek falou de alguns assuntos discutidos na reunião da Fecam que,  
180 dentre eles, estavam as adequações que devem ser feitas no Código Tributário Municipal em função  
181 da nova legislação do ISS, pois para iniciar a cobrança em primeiro de janeiro de dois mil e dezoito,  
182 os municípios devem aprovar as alterações do Código noventa dias antes, ou seja, até dois de outubro  
183 deste ano. A Fecam vai encaminhar aos prefeitos sugestão de alíquotas e data de vencimento, para  
184 que os municípios possam manter um padrão. O prefeito disse ainda que o gerente da Unidade  
185 Operacional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em Santa Catarina, senhor Estevão  
186 Hobold, discorreu acerca do processo de disponibilização de telefonia móvel num raio de trinta  
187 quilômetros da sede dos municípios do Estado. O prefeito Ercio Kriek falou ainda que o assessor  
188 jurídico da Fecam, senhor Diogo Beppler, explicou sobre as multas de trânsito e avisou que está  
189 ocorrendo uma negociação sobre as tarifas e os municípios têm a opção de contratar conjuntamente  
190 o serviço de postagem das notificações de trânsito por meio do Consórcio de Informática na Gestão  
191 Pública Municipal (Ciga), diminuindo custos. Na reunião, o assessor jurídico falou também do projeto  
192 de lei de alteração das regras do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), pois



193 o valor que está neste Fundo não foi investido. Além disso, o prefeito frisou que em setembro deverá  
194 ocorrer um encontro estadual da saúde, em que a judicialização será um dos temas debatidos. Após,  
195 o prefeito Ércio Kriek falou que a Fecam vai emitir posicionamento sobre a Proposta de Emenda à  
196 Constituição – PEC 22/2011, que dispõe sobre dispondo sobre Sistema Único de Saúde (SUS), na  
197 política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente  
198 comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, buscando que a União assumira os custos  
199 com os programas e o Legislativo Federal não aprove leis que estabeleçam pisos salariais aos  
200 municípios dos programas federais, interferindo diretamente na gestão municipal. Continuando a  
201 reunião, o senhor José Rafael Corrêa avisou que o projeto de Licitações Públicas e Contratos  
202 Administrativos está em andamento, onde já foram realizadas capacitações e agora se prevê novos  
203 encontros nos municípios para aperfeiçoamento dos técnicos municipais. O secretário executivo disse  
204 ainda que o projeto de Patrimônio, Almoxarifado e Frotas já percorreu todos os municípios para  
205 formação do diagnóstico e posterior planejamento na área de custos. Quanto a área de controle  
206 interno, o secretário executivo ressaltou que haverá um seminário na AMMVI do programa Unindo  
207 Forças, no mês de setembro, em que abordará ações desta área nos municípios. Além disso, destacou  
208 que há propostas de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aos municípios pelo MPSC referente  
209 à área de controle interno. Ele lembrou ainda que de sete a onze de agosto, será realizada uma série  
210 de capacitações do Programa Brasil Transparente, em que todos os municípios da AMMVI aderiram  
211 e, por isso, devem participar das formações, sendo esta uma exigência do termo de adesão. Após, a  
212 agente de controle interno da AMMVI, senhora Sabrina Furlani, explicou que a adesão dos  
213 municípios ao programa já surtiu efeito e a Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria  
214 Geral da União (CGU) virá na AMMVI com seus técnicos para promover as formações. Ela alertou  
215 que todos os municípios devem participar e os prefeitos dos respectivos municípios que ainda não se  
216 inscreveram serão avisados. Durante esta semana de capacitações, serão ministrados cinco cursos:  
217 Ouvidoria Pública, Correição Disciplinar, Responsabilização de Pessoa Jurídica e Lei Anticorrupção,  
218 Fiscalização de Obras, Auditoria e Controladoria Interna. Os cursos são voltados para controladores  
219 internos, contadores públicos, procuradores municipais, engenheiros, fiscais de contratos, secretários  
220 de Obras e servidores que atuam nas ouvidorias e nas licitações. As inscrições são gratuitas e devem  
221 ser feitas no site ammvi.org.br. Em continuidade, a assessora de Saneamento e Meio Ambiente da  
222 AMMVI, senhorita Simone Gomes, falou aos prefeitos sobre a renovação da delegação de atribuições  
223 na gestão florestal com a Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Porém, segundo ela, na renovação,  
224 a Fatma está encaminhando um termo aditivo da delegação em que cita que o município, no prazo de  
225 doze meses, compromete-se em elaborar e aprovar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação  
226 da Mata Atlântica. Pelo levantamento da AMMVI, até o momento o único município que assinou  
227 este termo foi Guabiruba, mas isso virá para todos os municípios. A assessora recomendou que os  
228 prefeitos, antes da assinatura do termo, busquem negociar o prazo, pois doze meses são insuficientes  
229 para elaboração e aprovação do Plano. Seguindo em assuntos gerais, o secretário executivo informou  
230 que houve reunião entre os presidentes e os diretores dos consórcios, na qual foi deliberada pela  
231 contratação de um auxiliar contábil para prosseguimento dos trabalhos dos consórcios. Ele falou ainda  
232 sobre os Planos Municipais de Mobilidade Urbana, que a AMMVI está procurando alguns institutos  
233 para formação de orçamentos e também analisando a possibilidade de a Associação elaborar este  
234 trabalho aos municípios, pois já possui muitos materiais que podem iniciar este trabalho. O senhor  
235 José Rafael Corrêa relatou também sobre a última reunião da Diretoria Executiva da AMMVI, em  
236 que foram tratados sobre região metropolitana, revitalização da rodovia Jorge Lacerda e Gerência  
237 Executiva de Governo (Gigov) Blumenau. Quanto a região metropolitana, os informes já foram  
238 repassados nesta assembleia. Já a respeito da obra de revitalização, a AMMVI elaborou ofício ao  
239 Governo no Estado tratando do tema e deve enviar em breve. E, por fim, sobre a Gigov, a Associação  
240 enviou ofício ao presidente da Caixa Econômica Federal, senhor Gilberto Magalhães Occhi, em que



241 manifestou preocupação quanto ao rebaixamento da Gigov para representação da Gerência, o que  
242 representaria um retrocesso e uma barreira para evolução do desenvolvimento da região. Segundo  
243 informações recebidas, a reivindicação já surtiu efeito e a decisão de rebaixamento da Gerência foi  
244 suspensa por tempo indeterminado. Em prosseguimento à assembleia, o presidente passou para o  
245 sétimo assunto da ordem do dia - aniversário da AMMVI. Neste, o senhor José Luiz Colombi falou  
246 das comemorações de aniversário de quarenta e oito anos da Associação. Para ele, revisando as  
247 conquistas já alcançadas até o momento, é possível reconhecer a importância do trabalho da  
248 Associação, pois, além das vitórias, a parceria entre os prefeitos e a discussão garantem que a gestão  
249 municipal possa evoluir. O presidente agradeceu ainda o empenho dos prefeitos nas mobilizações e  
250 articulações junto às esferas de governo e a união em prol de causas regionais, como também a  
251 dedicação da equipe técnica da entidade. Segundo ele, o trabalho da AMMVI tem o reconhecimento  
252 de várias instituições do estado e da própria Confederação Nacional de Municípios (CNM), pois,  
253 conforme ele, a atuação da entidade já foi elogiada até mesmo pelo MPSC. O presidente manifestou  
254 ainda a gratidão a todos que contribuíram na construção da história da Associação. O prefeito Jean  
255 Michel Grundmann também parabenizou a AMMVI pelos quarenta e oito anos, ressaltando que a  
256 entidade é referência no estado e que isso é possível pelo trabalho sério e comprometido promovido  
257 nestes anos. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a  
258 assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata  
259 que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário  
260 executivo da AMMVI.



José Luiz Colombi  
Presidente  
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo



Michele Prada  
Assessora de Relações Públicas

261  
262